

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**11 a 13
Mar
2017**



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

DEPOIS DE MUITA POLÊMICA...

PMs continuam à disposição dos Poderes, apesar de proibição legal

Assembleia aprovou lei, em novembro, prevendo retorno dos policiais às ruas

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Mesmo com a determinação legal de que policiais militares da ativa lotados em Poderes e instituições voltem às ruas, os cerca de 100 PMs cedidos ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e ao Ministério Público Estadual (MPES) continuam nas instituições.

O projeto de lei que obriga o retorno foi aprovado desde o dia 7 de novembro na Assembleia Legislativa, após muita polêmica. Em 21 de dezembro, o governador Paulo Hartung (PMDB) sancionou o texto, que tinha 60 dias para entrar em vigor.

Esse prazo se encerrou no dia 21 de fevereiro, data em que ainda ocorria o movimento grevista da Polícia Militar. Com isso, até o momento a lei está sendo descumprida.

Contudo, antes mesmo do fim do prazo, as duas instituições pressionavam o Estado pela permanência desses policiais, alegando que eles exercem atividades-fim, e que sua saída comprometeria investigações e procedimentos.

No TJES, o presidente da



VITOR JUBINI



TJES

Fachadas dos prédios do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, em Vitória: busca de alternativas

Corte, Annibal de Rezende Lima, solicitou oficialmente à Secretaria de Segurança Pública (Sesp) que os policiais permanecessem à disposição do Judiciário até que o movimento grevista fosse encerrado, o que foi autorizado.

“Entendemos que eles estão em atividades que só policiais da ativa podem exercer, como escolta de presos, segurança interna de fórum, transferência de armas. Agora tenho que conversar com o Executivo para examinar a situação desses policiais”, afirmou o desembargador.

DA ATIVA

100

policiais militares

É o efetivo que ainda atua no TJES e no MPES para assessoria militar.

mou o desembargador.

No caso do MPES, onde há 45 policiais, sendo 34 para atividades ligadas a investigação e 11 para escolta de promotores e procuradores ameaçados, a

procuradora-geral de Justiça, Elda Spedo, afirmou em janeiro que “o trabalho do grupo no combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro será inviabilizado e o prejuízo maior será para a sociedade”.

Dias depois, o próprio secretário de Segurança Pública, André Garcia, reconheceu que este é um serviço policial e buscaria uma alternativa legal para abrigar os policiais.

Por nota, o MPES afirmou que requisitou à Sesp a permanência desses policiais militares.

Somente cinco PMs que atuavam na Assembleia, considerados como excedentes na assessoria militar, já deixaram a instituição. A saída foi determinada pelo governo desde o dia 3 de novembro, antes mesmo de a lei ser votada. Permaneceu apenas o tenente-coronel, que tem o trabalho de assessor militar previsto no quadro da PM.

A Sesp informou, por nota, “que está em contato com o MPES e o TJES para fazer a gestão desses PMs, com vistas as adequações para o cumprimento da lei”.

ENTENDA

O INÍCIO

▼ Polêmica na Assembleia

Após o suposto atentado ao deputado estadual Marcelo Santos (PMDB), em outubro, o boletim de ocorrência dizia que o policial que fazia a segurança do deputado era da assessoria militar da Assembleia, ainda que essa não fosse a atribuição do grupo, o que chamou a atenção para esta cessão de policiais a órgãos e Poderes.

▼ Efeito cascata

A Assembleia aprovou um projeto para retirar todos os PMs cedidos a todos os Poderes, em novembro. Sancionada, a lei deveria começar a valer em 21 de fevereiro.

CONTRÁRIOS

▼ Crítica

TJES e MPES alegam que os 100 militares da ativa que atuam nessas instituições exercem atividades policiais, pleiteando sua permanência.

▼ Providências

Como a lei já está em vigor, seria necessário um decreto governamental transferindo os militares para o Quadro Organizacional, junto a essas instituições, ou a aprovação de outra lei, de iniciativa do Executivo.

NILO TARDIN - 16/12/2015



VISTA DO RIO DOCE, já tomado pela lama, e da cidade de Colatina em dezembro de 2015, um mês após o rompimento da barragem de minério da Samarco

DESASTRE DA LAMA

Indenização de R\$ 1 mil para moradores de Colatina

Justiça decidiu que esse será o valor pago a quem pedir reparação por danos morais pela falta de abastecimento por causa da lama

Rayza Fontes

Os moradores de Colatina que acionarem a Justiça em busca de danos morais por problemas no abastecimento de água após o rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco vão receber um valor fixo de R\$ 1 mil. A decisão foi tomada ontem pelo Pleno do Colegiado dos Juizados Especiais no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Segundo o relator do processo no Pleno, juiz Marcelo Pimentel, foi aprovado, por maioria, um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), quando uma grande gama de ações fala sobre o

mesmo fato e tem o mesmo pedido.

No caso, os processos se referem aos problemas de abastecimento de água em Colatina após a lama de rejeitos de minério ter atingido o Rio Doce, que é usado para captação de água no município.

“Estavam ocorrendo decisões contraditórias. Por exemplo, alguém entrava com uma ação pedindo danos morais por falta de água e o juiz considerava improcedente. Outro juiz julgava a mesma ação, mas dando o dano moral. As quantias também variavam muito. Agora, foram criadas regras para que isso não ocorra”, explicou o relator.

“É necessário apresentar contas de água, para provar que o autor da ação mora em Colatina. O IRDR foi muito estudado. A minha decisão tem 24 laudas e estudei outras situações semelhantes para arbitrar o valor”, completou o juiz.

A Samarco foi responsabilizada a indenizar os cidadãos que ajuizaram as ações, individualmente. Após a decisão do Pleno, compo-

por 15 juízes das turmas da capital, do Sul e do Norte, a mineradora não poderá mais recorrer.

REPARAÇÃO

Desde novembro de 2016, a Fundação Renova, responsável por projetos de reparação e reconstrução das regiões afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015, desenvolve o Programa de Indenização Mediada (PIM), para indenizar, sem trâmites e custos judiciais, os impactados por problemas de abastecimento de água em

Colatina.

Segundo o líder do Programa de Indenização Mediada, Gabriel Rossoni, já foram realizados cerca de 25.500 atendimentos em Colatina e 7700 moradores do município receberam valor de R\$ 880. “A adesão ao programa é voluntária e gratuita. O objetivo é ressarcir a população dos danos”, explicou.

A Samarco informou, por meio de nota, que tomou conhecimento da decisão da Justiça e aguarda a publicação da mesma.

JULIA TERAYAMA - 19/02/2014

“Estavam ocorrendo decisões contraditórias. As quantias também variavam muito. Foram criadas regras para que isso não ocorra”

Marcelo Pimentel, juiz relator do caso



Policiais militares das novas companhias já estão nas ruas

Mudança envolve trabalho de PMs nos municípios de Vitória, Serra e Vila Velha

RAQUEL LOPES
TATIANA MOURA

Policiais militares que fazem parte das novas companhias criadas pelo governo do Estado já começaram o trabalho nas ruas. Ontem, em Jardim Camburi, Vitória, um dos locais onde eles vão atuar, já havia movimentação próximo à sede Destacamento de Polícia Militar (DPM) do bairro.

As novas companhias foram criadas para além de Jardim Camburi, trabalhar na Serra (Feu Rosa) e Vila Velha (Jabaeté). Elas vão somar esforços com batalhões que já existem nesses municípios para reforçar o policiamento nos bairros.

Mais de 500 policiais militares começaram a ser transferidos. A maior parte dos que estão sendo movimentados fazia parte de uma tropa de elite que foi extinta, a Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam), foco da resistência do movimento grevista. Há também policiais do antigo Batalhão de Missões Especiais (BME), transformado em companhia independente e que teve sua tropa reduzida.

MORADORES

Segundo moradores, a insegurança em Jardim Camburi é constante, e os assaltos não têm hora para acontecer. Por isso, será importante o reforço com a chegada dos policiais ao bairro.



Movimentação de grupo de policiais militares próximo à sede do DPM de Jardim Camburi, em Vitória

A estudante Suzane Santos, 32, foi assaltada em dezembro do ano passado e depois disso, passou a sair de casa com dois celulares: um mais caro, e um mais simples, para o caso de ser assaltada.

“Eu e meu marido fomos assaltados, em dezembro, por dois homens armados, em uma moto, que já chegaram exigindo celulares. Agora só saio de casa com dois aparelhos. Esse reforço policial já deveria ter vindo”.

A microempresária Silvia Bergami, 40, da mesma forma, acredita que o trabalho dos policiais vai fazer a diferença no bairro. “Por um lado, a sociedade vai perder o trabalho do Batalhão de Missões Especiais (BME), mas por outro, vai ganhar no reforço no policiamento nos bairros.”

LEI SANCIONADA

O governador Paulo Hartung sancionou, ontem, a lei

com as propostas de mudanças nas normas de promoção e dos oficiais combatentes e especialistas da Polícia Militar.

A lei, que foi elaborada pelo comando-geral da corporação com a participação ativa da Procuradoria-Geral do Estado, atualiza uma legislação com mais de 50 anos de publicação.

A partir de agora, oficiais combatentes e especialistas passam a ser promovidos na seguinte ordem: mérito, seguido de merecimento intelectual, merecimento, antiguidade, escolha, post-mortem (após a morte) e ressarcimento de pretensão.

A mudança está valendo a partir do posto de 2º tenente até coronel. Além disso, será criada uma comissão dentro da Polícia Militar que ficará responsável por avaliar as promoções.



MAIS PM pág. 24

Soldado é presa após se apresentar

A soldado da Polícia Militar Suelen Feitosa se apresentou ontem, na Corregedoria da PM em Vitória, em atendimento ao pedido de prisão decretado pela Justiça. Ela teve a prisão decretada após tentar impedir a saída de viaturas do 13º Batalhão, em São Mateus, no Norte do Estado, no dia 21 de fevereiro.

De acordo com a assessoria da PM, o comandante do batalhão de São Mateus, tenente-coronel Paulo César Garcia Duarte, queria sair com as viaturas da unidade e a soldado tentou impedir. Ele deu ordem de prisão contra ela e a Justiça concedeu. A liberação do batalhão tinha sido acordado com os manifestantes horas antes na sede da prefeitura.

A soldado é acusada pelo crime de motim e está no presídio da corporação. Ela responde a Inquérito Policial Militar (IPM) e a Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD). O prazo para conclusão dos procedimentos é de 30 dias e pode ser prorrogado.

Feitosa tem direito à defesa para apresentação de provas. Segundo a assessoria, é preciso aguardar a conclusão dos procedimentos para saber o que vai acontecer com a policial. O tenente-coronel não quis falar sobre o caso.



Precaução

Após ser assaltada em Jardim Camburi, Suzane Santos usa um aparelho celular mais simples.

VIOLÊNCIA NO ESTADO

Mulheres mudam de nome para fugir de maridos

Vítimas de violência doméstica, elas conseguem mudar de nome quando comprovam que lidam com criminosos

Jéssica Cardoso

Mulheres que foram agredidas ou ameaçadas, que temem pelas próprias vidas, têm tomado medidas extremas, na Grande Vitória, para se afastarem dos maridos violentos e retomarem a vida longe deles.

Segundo fontes da segurança pública, algumas das atitudes têm sido a mudança de nome, ainda que informalmente; e formalmente, quando conseguem provar na Justiça que correm risco de morte, devido ao fato de lidarem com um criminoso em potencial. E, na maioria desses casos, elas se mudam de cidade e até de estado.

O maior medo delas é morrer. Só nos dois primeiros meses deste ano, 27 mulheres foram mortas.

Informações sobre mulheres que conseguiram mudar o nome formalmente não são divulgadas, por serem sigilosas, mas a advogada especialista em Direito de Família Ivone Vilanova, que atuou em casos desse tipo, explica que são várias as mulheres que entram na lista de proteção especial a vítimas e a testemunhas, principalmente, em situações que envolvem tráfico e que ainda há comprovação de agressões.

“Um exemplo é quando o marido é um traficante de drogas e a mulher, bem como os filhos, passam a se tornar testemunhas daquela situação. Então, essa mulher é transferida para outro lugar, com outro nome e fica guarnecida pela Justiça”, explicou a advogada.

MEDIDAS

A juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de enfrentamento à situação de violência doméstica e familiar, afirma que a violência doméstica, por si só, não motiva a troca de nome, visto que a Lei Maria da Penha não prevê a alteração, mas oferece outras medidas.

“A lei é completa. Está entre as melhores do mundo, mas existem aquelas que querem fugir da agressão e retomarem a vida, em outro estado”, destacou.

Foi o que aconteceu a uma jovem, de 23 anos, que se viu refém do marido violento, ligado ao tráfico de drogas.

Faz 15 dias que ela deixou a Grande Vitória. “Ela foi espancada, estuprada e até fogo na casa o marido colocou. O jeito foi ir embora, porque só as denúncias não resolveram”, revelou a mãe dela, uma auxiliar de cozinha, 47 anos.



A ADVOGADA IVONE VILANOVA explicou que são várias as mulheres que entram na lista de proteção especial

AUXILIAR DE COZINHA MÃE DE VÍTIMA

“É como se nos matasse em vida”

A auxiliar de cozinha, de 47 anos, que viu a filha, de 23, deixar o Estado, após ser vítima de violência doméstica por seis anos, conversou com a reportagem de **A Tribuna**. Sem se identificar, ela contou que a filha viajou há 15 dias e a família sofre com ameaças e a dor da distância. A vítima não descarta a possibilidade da mudança do nome.

A TRIBUNA - Quando soube das agressões?

MÃE - Soube por uma amiga da minha filha, porque ela não tinha coragem de contar. Foram seis anos de violência e eles tiveram dois filhos. Preocupada com a situação, essa amiga abriu jogo e me contou. Eu já desconfiava, porque

ela aparecia com hematomas pelo corpo e muito triste.

> Como era no início?

No início, ele era uma pessoa muito boa, mas quando autorizamos o casamento, por insistência deles, tudo mudou. Com poucos meses, descobrimos que ele era envolvido com o tráfico de drogas, e até durante as gestações dela foi espancada. Foram várias denúncias, mas a polícia nunca o encontrava.

> Como eram as agressões?

Ele a enforcava, batia nela com cabo de vassoura, dava socos e chutes. Sem contar as ameaças. Ele dormia com uma faca embaixo do travesseiro e ameaçava cortar os órgãos genitais e os seios, caso ela gritasse, enquanto apanhava.

Ele ainda a estuprava e dizia que iria torturá-la, até que pedisse para morrer.

> Quando foi a última vez?

No fim do ano passado. Eu retirei ela de casa com os filhos, e logo depois ele ateou fogo na casa. Ele pretende matá-la. Ela foi levada para um abrigo, mas não se adaptou. A solução foi ir embora.

Hoje o que resta para gente é a dor da ausência dela e o medo. Ele ainda ameaça de morte todos da família. Uma filha, que criei com tanto amor e carinho, tem que fugir dele enquanto ele permanece solto. É como se nos matasse em vida.

Ela não analisou se muda de nome, mas se for para ter paz, vale a pena!

Mudança de nome é burocrática

Especialistas explicam que é possível uma mulher mudar o nome, por meio de ações na Justiça. Porém, é um processo rigoroso que leva em consideração todo o cenário em que a mulher está incluída.

O defensor público Franz Robert Simon, disse que não é como nas Varas de Vitória, porque muitos dos casos são supridos pela Lei Maria da Penha, que prevê o encaminhamento ao abrigo, em casos de risco de morte.

“Cada caso é um caso, na maior parte das situações de violência doméstica, a vítima também é testemunha de acusação. Logo, ela também pode ser incluída no sistema de proteção. O que irá definir será o relatório psicossocial e jurídico, e a partir disso, o juiz irá analisar”, explicou.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (OAB-ES), Verônica Bezerra, disse que é possível quando a situação vai além do que trata



FRANZ ROBERT SIMON explica que o juiz é que analisa pedido de alteração

a Lei Maria da Penha. “A Lei Maria da Penha não prevê essa alternativa, mas a Lei do Programa e Proteção de Testemunhas prevê, mas não é tão fácil. É um caso extremo, pouco comum. Isso se o mecanismo da Maria da Penha não der conta”, disse a presidente.

Verônica Bezerra finalizou dizendo que o enfrentamento da violência contra a mulher ainda está em passos lentos. “Muito já foi feito, mas no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, não tivemos o que comemorar, porque muitas ainda são vítimas”.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Primeira necessidade

Um projeto de lei que tramita na Assembleia obriga a inclusão de repelentes nas cestas básicas distribuídas do Espírito Santo. É que há poucos anos, era só a dengue. Agora é também febre amarela, zika, chikungunya... virou item de primeira necessidade.

ESPECIALIZADA

Polícia cria delegacia para assaltos a ônibus

- Após um grande número de crimes dentro de ônibus, a Polícia Civil criou uma delegacia especializada para investigar apenas crimes em coletivos, como assaltos e arrastões. Isso porque, a Delegacia de Crimes Contra o Transporte de Passageiros e Cargas

foi desmembrada em duas. O delegado Eduardo Khaddour, que será titular das duas delegacias, acredita que crimes serão mais bem apurados. “Nos casos de crimes em coletivos, a equipe será dividida em municípios. Uma segunda equipe investigará apenas

casos com cargas”, disse. A Polícia Civil descartou o envolvimento de PMs em três casos de uma série de sete incêndios em ônibus, ocorridos durante a crise na segurança pública em fevereiro e divulgou imagens de um dos suspeitos dos ataques: Ednaldo dos Santos, 37. Ele foi reconhecido por testemunhas e é acusado de incendiar um coletivo em Vila Isabel, em Cariacica, no dia 17.

VALORES COMPENSADOS

Decisão judicial pode reduzir conta de luz em mais de 1,2%

Potencial impacto da liminar sobre o setor é de R\$ 1,8 bilhão, segundo a Aneel

Uma disputa bilionária poderá aliviar em parte o custo das contas de luz dos pequenos consumidores. Em 2015, um grupo de grandes clientes de energia conseguiu uma liminar na Justiça para não pagar parte de um encargo setorial. Depois de provocada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em fevereiro, na próxima semana a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, deverá decidir sobre um pedido de suspensão dessa liminar. O potencial impacto da liminar sobre o setor é de R\$ 1,8 bi, diz a agência.

Ou seja, esse é o valor máximo que pode ter sido cobrado a mais dos consumidores comuns de energia com a liminar obtida pela Associação Brasileira de Grandes Consumido-



Transmissão de energia: pequenos consumidores podem se beneficiar com liminar

res Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) em 2015.

Pela reversão da decisão, a depender do seu conteúdo, poderia haver uma compensação desses valores futuramente, com grande pagamento mais e pequenos pagando menos na conta de luz. O impacto percentual nas tari-

fas varia conforme o número de associados da Abrace na região da distribuidora, mas seria de, em média, 1,2%.

A depender da decisão da ministra Laurita e do julgamento do mérito da ação, parte do R\$ 1,8 bilhão poderia ser devolvido para os consumidores que pagaram a mais - há outras ações si-

milares à da Abrace que poderiam ter o mesmo caminho, inflando essa quantia.

De acordo com autoridades do setor elétrico, por consequência da liminar, até hoje há distorções na distribuição da cobrança de encargos no sistema elétrico, com grandes pagando parcela a menor do que de-

veriam. Porém, segundo Julião Coelho, advogado que defende a Abrace no processo, isso não é verdade.

Segundo ele, a suspensão da liminar, solicitada pela Advocacia Geral da União (AGU), não surtiria mais efeitos econômicos, porque os pagamentos da CDE 2015 já foram feitos até o ano passado e, atualmente, a conta é positiva, o que elimina o risco de transferências de custos. "Além disso, a Aneel passou a reduzir o repasse da CDE para evitar danos à coletividade", disse Coelho, para quem a suspensão da liminar não poderia fazê-la retroagir.

Na sexta, o STJ provocou o Ministério Público Federal a se manifestar. Depois, a subprocuradora-Geral da República, Sandra Cureau, apresentou parecer favorável ao governo, de que a liminar apresenta risco grave à ordem econômica e à economia pública, apontando pela suspensão da medida.

INADIMPLÊNCIA

Dívidas em atraso do consumidor caem 8%

A inadimplência do consumidor recuou 8% em fevereiro ante janeiro na comparação dessazonalizada, informou a Boa Vista SPC. Já no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em fevereiro, foi registrada queda de 3,5% frente aos 12 meses antecedentes. Na comparação entre fevereiro deste ano e o mesmo mês do ano passado, foi constatada retração de 8,3%. Na análise acumulada em 12 meses por regiões, houve queda no Sul (-5,3%), Sudeste (-5,1%), Centro-Oeste (-0,3%) e Nordeste (-0,1%).

Para a Boa Vista, os recuos verificados na inadimplência são justificados pelas adversidades que atingem a economia brasileira há dois anos, provocando maior cautela nas famílias e inibindo o consumo. A instituição afirma que a perspectiva de crescimento econômico moderado, aliada à melhora da renda e queda dos juros e da inflação, deve favorecer uma "retomada sustentável da demanda de crédito".

Nerleto Caus

É presidente do Instituto Teotônio Vilela no Espírito Santo (ITV-ES)

/// Pequenos atos diários para cultivar, desde cedo, o zelo pela coisa pública ajudam a criar as condições para termos uma segurança pública eficiente

Cuidar do nosso jardim

A situação da segurança pública do Espírito Santo, causada pela recente paralisação da Polícia Militar, suscita reflexões sobre os modelos adotados no Brasil, do tamanho do Estado à educação de nossos filhos, passando pelo cumprimento dos preceitos e prevenção de uma vida em uma sociedade plural, mas com foco, claro, nas instituições de repressão ao crime e à violência.

E são muitas essas instituições em atividade no país. São todas necessárias ou cabe fusão entre algumas? Há comunicação entre elas? Os processos de escolha dos atores e dos gestores dessas corporações refletem o pensamento da sociedade atual? São elas instituições que se encaixam na estrutura da sociedade contemporânea – que se realiza em rede e em crescente descentralização?

É essa nova configuração da sociedade uma força descomunal a impelir mudanças em todas as instituições sociais, e segurança pública não fica de fora. As forças de segurança têm que permanecer exercendo o poder de manter a ordem numa sociedade em que cresce a desorganização dos grupos, a fragmentação do indivíduo e a desconstrução do modelo de liderança vertical.

Fica a sugestão de adotar, como fez Nova

York a partir da década de 1980, um cuidado maior com os detalhes da segurança pública. Lá, buscou-se solucionar a violência a partir da equação dos pequenos problemas do cotidiano. Começando pelo metrô, aliaram prestação de serviços melhores ao combate às transgressões: a limpeza mais eficiente, a repressão ao consumo de bebidas e drogas, o combate efetivo aos delitos e, por fim, a garantia da segurança dos usuários do transporte foram ações que trouxeram de volta a confiança no sistema. Primeira vitória.

Em seguida, a prefeitura melhorou a limpeza urbana das comunidades mais violentas e combateu sistematicamente toda tentativa de quebrar as regras sociais, por menor que fosse a transgressão, reforçando o contrato social expresso em normas respaldadas na legislação.

Há o exemplo das escolas infantis do Japão, onde as crianças revezam-se no trabalho de limpeza das instalações e também na hora de servir a merenda aos coleguinhas. Pequenos atos diários para cultivar, desde cedo, o zelo pela coisa pública, a noção de vida comunitária e de responsabilidade pelo bem comum.

Tanto entre os estudantes japoneses quanto em meio aos nova-iorquinos, a organização da vida na cidade a partir da reificação dos códigos de convivência e da responsabilidade compartilhada entre os cidadãos impulsionou o sentimento de pertencimento.

Fatos estes que nos chamam a atenção para o que nos ensinou Voltaire em sua obra “Cândido” ainda no século 18: “É preciso cuidar do nosso jardim”.

REESTRUTURAÇÃO DA PM

“Não vale a pena cometer crime”

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, destacou que é pautado pela legalidade e advertiu que em nenhum momento vale a pena cometer crimes por reivindicações. Frisou ainda que, se necessário, novos processos demissionários de PMs poderão ser abertos, em caso de ilegalidades.

A TRIBUNA — Houve pressão ou convencimento para os policiais voltarem a trabalhar?

CORONEL NYLTON RODRIGUES — Convencimento. Mostrando o que estava acontecendo, comprometimento de um crime. A gente orientava. Orientava que outra postura tinha que ser tomada. Mas sempre tentando ajudar. É como se fosse um filho: o pai conversa, diz que há uma besteira e que pode ter uma consequência.

> Os PMs voltaram para as ruas sem terem reivindicações atendidas. Acha que o ânimo é o mesmo?

Não acredito que o PM está fazendo corpo mole. Quando somos acionados para uma ocorrência, ou vemos um crime, não conseguimos virar as costas para isso.

Agora com relação ao policial que não conseguiu nada com a reivindicação, a questão do colete está resolvida, assim como a do armamento. Mas vamos para a questão salarial, que é a principal, que ele não teve.

O governo pode dar aumento se tiver dinheiro para dar aumento. Vivemos a pior crise da história do nosso País. Como dar aumento? Está claro que não tem condições, mas não quer dizer que a gente não possa trabalhar, negociar para, no momento certo, o aumento vir.

> E como motivar o PM?

Consciência. Saber que a gente não pode fazer uma sociedade pagar, porque neste momento eu não vou ter aumento. Isso tem que ser trabalhado com o PM. E ele analisar se o que foi feito foi o caminho correto. Todo mundo que aquartela, cometeu crime de motim, é hora de respirar; pensar na família,

no emprego que possui, e se aquele foi o caminho correto.

> O senhor usou o termo motim. Que lição a polícia tira desse motim?

(Pausa) A lição que se tira desse motim é que não vale a pena cometer crime para eu ter o que eu quero. Se as pessoas fizerem a opção do crime para terem o que querem, a sociedade está acabada.

> E qual a lição para o senhor?

(Pausa longa) A gente tem de estar sempre muito próximo da tropa, exercendo liderança positiva. Conversando com a tropa, não pode se afastar do soldado, do cabo, do sargento. A gente tem que estar ouvindo e muito. A gente tem de estar aconselhando. E a gente tem de estar demonstrando que está levando aquilo que se ouve e conversa. E eles têm de perceber isso.

Temos que fazer diagnósticos. E só conseguimos isso se ouvimos e conversamos. Ouvir é o principal. E conquistar a confiança.

> Acredita que, pelas acusações de crimes cometidos, muitos PMs poderão ser expulsos?

Não tenho como fazer projeção, qual percentual vai ser excluído. O que posso dizer é que quase 300 PMs respondem por procedimentos demissionários (273 ao todo). Temos muitos PMs figurando como acusados em Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que serão levados à Justiça Militar. São 2.580.

Vão ser encaminhados ao Ministério Público. Uma pessoa figurar com IPM não quer dizer que será condenada.

> Um novo concurso da PM vai ser inevitável?

O que posso dizer é que, caso seja necessário repor efetivo, o governo vai fazer novo concurso.

> Novos processos demissionários poderão ser abertos, mesmo com o acordo feito com as mulheres?

Sou pautado pela legalidade. Se acontecer qualquer tipo de fato grave que necessite de um processo, eu não tenho como não instaurar.



MULHERES em frente ao Quartel do Comando-Geral, durante a greve da PM: investigação sobre responsabilidades

rar. Tenho uma lei a cumprir.

Nós temos que ser justos e fazer o que é certo. A responsabilização dos atos é só ao final dos processos e inquéritos para chegar à decisão.

Tudo isso tem que ter a sua ação individualizada. Uma outra pessoa não pode pagar pelo que a outra fez. Tem que ser feita investigação, a individualização das ações.

> PMs vão ser responsabilizados pelas 200 mortes que aconteceram durante a greve?

Não. Essas mortes aconteceram e tiveram esse aumento pela ausência da polícia nas ruas. Acabou facilitando a ação de criminosos, mas isso não vai para a conta do policial. A responsabilidade dessas mortes pode ir para a conta do movimento, por conta da falta da PM.

> Mas quando o senhor fala que pode ir para a conta do movimento, quem seria responsabilizado, uma vez que comentou que havia PMs no meio. Quem seria responsabilizado?

Ai só as investigações vão dizer. O Ministério Público tem uma força-tarefa, Polícia Federal investiga. Com as investigações talvez teremos nomes. Nós já temos pessoas presas. Mas nós não podemos responsabilizar o PM pelas mortes.

> Foram perdidos avanços em bairros com índices altos de criminalidade?

Pode ter acontecido. Provavelmente aconteceu em alguns locais. Cabe à PM aumentar a sua ostensividade. A criação das companhias independentes ocorreu para isso. Para aumentar a ostensividade. A criação das companhias tático móveis foi para estar mais presente nas áreas quentes das cidades.

> Por que integrantes de antigas tropas de elite agora foram para as companhias? E a ida deles foi retalição?

Não, não foi retalição. Tinhamos demandas antigas e que sempre considerei prioritárias. Sempre soube que o policiamento tem de estar fixado num terreno e perto da sociedade. A Ronda Ostensi-

va Tática Motorizada (Rotam) e o Batalhão de Missões Especiais (BME) apoiavam muito bem. Só que apoiavam um determinado local a cada dia. Perdíamos disponibilidade e permanência nos terrenos.

Agora, com as companhias tático móveis nos batalhões, vamos ter o mesmo serviço que a Rotam fazia, só que fixo. Se acontecer alguma coisa muito grave em algum bairro, é para lá que ela vai. Ai, além da companhia tático móvel, há as companhias que se fixaram

“Essas mortes aconteceram e tiveram esse aumento pela ausência da polícia nas ruas”

em diferentes locais. A polícia tem princípio da universalidade. O PM não é treinado para uma coisa só.

> Houve aumento do número de PMs na Grande Vitória?

Claro! A 14ª Cia, em Feu Rosa, por exemplo, tinha 110 PMs. Subiu para 230, com aqueles que vieram do BME e da Rotam. Houve aumento de efetivo. Eu optei em descentralizar uma tropa especializada para os batalhões da Grande Vitória, a fim de aumentar a disponibilidade daquela tropa especializada aos comandantes dos batalhões.

Foi opção para aumentar a quantidade de PMs nos bairros.

> Haverá reformulação na forma de promoção dos praças, após a mudança nas carreiras dos oficiais?

Não tem nada definido. Não estamos com pressa nenhuma. É importante agir com calma. Essa modificação da lei de promoção dos oficiais era necessário modernizar.

Uma lei de 1956, que privilegiava quase de forma absoluta a antiguidade. Na lei nova só adicionamos a meritocracia. A antiguidade não vai deixar de ser levada em conta.

O efeito prático dessa lei vai ser não permitir a promoção daquele que não merece. Não é prejudicar aquele que merece. Acredito que a Assembleia conseguiu enxergar que o Estado do Espírito Santo era o único que não tinha mudado a sua lei de promoção de oficiais.

> É necessário mudar a forma de promoção dos praças?

É necessário discutir, sim. O Estado Maior Geral está estudando.

> O senhor tem andado de escolta. Houve registros de ameaças contra o secretário de Estado André Garcia. Outros membros da alta cúpula de segurança pública foram ameaçados?

(Pausa longa) Não, não temos mais notícias de ameaças. Somente houve reforço na segurança.

> O senhor disse que esse movimento deixou feridas. Como cicatriza-las?

Temos que sair mais fortes. Colocar a instituição em primeiro lugar. Essa lei de promoção é uma prova disso. Muita gente me pergunta por que as associações não foram inseridas na discussão. Digo que problemas institucionais têm de ser discutidos pela instituição.

Associação respeito muito, tem papel importantíssimo, mas não existe para discutir assuntos institucionais, mas sim assuntos de interesse do seus associados. São coisas diferentes. A lei de promoção de oficiais é prova de que os interesses institucionais têm de estar à frente dos pessoais.

Alguém não pode ser declarado aspirante a oficial com a certeza de que vai virar coronel trabalhando ou não trabalhando. As feridas começam a ser tratadas dessa maneira.

“Temos que sair mais fortes. Colocar a instituição em primeiro lugar. Essa lei de promoção é uma prova disso”



PMs em patrulhamento: Estado diz que problema de coletes foi resolvido



OPINIÃO ECONÔMICA

RONALDO CAIADO

Fim do foro privilegiado

No próximo dia 26, a sociedade brasileira volta às ruas para clamar por justiça no âmbito da vida pública. Justiça sem privilégios, nos termos do artigo 5º da Constituição — cláusula pétrea —, de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. O símbolo que condensa, perante o povo, a ideia de que há privilégios é a instituição do foro por prerrogativa de função, que hoje alcança um número despropositado de beneficiários. Segundo a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), são cerca de 40 mil — isso mesmo! — os beneficiários desse foro, muito a propósito chamado de privilegiado.

Só no Judiciário, de longe o mais abrangido pelo foro, são 34.676, segundo a Ajufe.

Uns têm jurisdição no STF (presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, parlamentares federais, integrantes dos tribunais superiores); outros (governadores e desembargadores), no STJ; e outros ainda (magistrados, procuradores, promotores, prefeitos, deputados estaduais), nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, a segunda instância da Justiça brasileira.

O foro ainda beneficia membros de tribunais de contas, comandantes militares e chefes de missões diplomáticas.

Detalhe: têm direito ao foro mesmo em casos de crimes comuns, alheios ao exercício de suas funções públicas.

A percepção popular é que o foro é uma espécie de blindagem judicial, o que agrava a desconfiança da sociedade para com suas instituições.

Na medida em que o alcance do foro vai muito além dos fundamentos que o conceberam — proteger os mais altos cargos da República —, torna-se ele uma excrescência. Além do sentido moral repudiado pela população, e em claro confronto com o espírito isonômico da Constituição, há, no caso das autoridades com foro no STF, o transtorno operacional que daí advém.

Transforma-se o STF em tribunal penal, o que não é de sua índole nem de sua destinação de Corte Constitucional.

O foro é uma sobrecarga a um volume já de si monumental de demandas, acima, em regra, da capacidade estrutural dos tribunais superiores.

Veja-se o caso do STF, que, com apenas 11 juizes, julga cerca de

100 mil casos por ano, enquanto a Suprema Corte norte-americana, com o mesmo número de magistrados, julga apenas cem casos.

Em tal contexto, os réus do foro privilegiado beneficiam-se da lentidão processual, decorrente dessa sobrecarga, o que faz com que a imensa maioria se beneficie da prescrição de seus crimes.

Enquanto o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal, de Curitiba, já julgou e sentenciou mais de uma

pósito, restringindo-se aos presidentes dos Três Poderes e a algumas poucas funções mais — e apenas para os crimes de responsabilidades, isto é, os atos inerentes ao exercício da função.

Nos crimes comuns, todos, como qualquer cidadão, reportam-se à jurisdição de primeiro grau.

Além do impacto moral, vital para restabelecer a credibilidade das instituições, o fim da farra do foro tornará o processo de res-



O fim da farra do foro privilegiado tornará mais célere o processo de responsabilização

centena de envolvidos na Lava a Jato, o STF ainda não condenou ninguém.

Isso explica a resistência de muitos ao fim do foro, hoje proposto por PEC em tramitação no Senado, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e que tem meu integral apoio.

Se o foro tem o propósito de resguardar os mais altos cargos da República, que cumpra seu pro-

ponsabilização mais célere e o clamor da sociedade por justiça será, enfim, atendido.

Privilégio é exceção — e a Constituição (artigo 5º, XXXVII) quanto a isso é claríssima: “Não haverá juízo ou tribunal de exceção”.

RONALDO CAIADO, 66, senador pelo DEM-GO, é líder do partido no Senado.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Na semana da mulher...

Na semana do Dia da Mulher, o Tribunal da Justiça levou o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha para a frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha. No local, mais de 170 mulheres foram atendidas e 50 receberam medidas protetivas.

...eles descumprem a lei

Outras quatro mulheres, que já tinham medida protetiva, compareceram para registrar o descumprimento delas. As mulheres ainda têm muito o que lutar por seus direitos mesmo.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Chinelo proibido

Um memorando de julho de 2016 do Tribunal de Justiça do Espírito Santo determinou a proibição de homens e mulheres entrarem nos fóruns estaduais com trajes considerados inadequados – dentro da lista, estão homens de chinelos ou sandálias.

Pela revogação

O problema é que agora os juízes resolveram colocar a norma em prática e as denúncias começaram a chegar à OAB-ES, que enviou requerimento solicitando a revogação do memorando por impedir o acesso à Justiça e causar discriminação.

Loja de departamento é condenada a pagar R\$ 31,5 mil a cliente no ES

Cliente foi conduzida de volta ao caixa, após alarme ser acionado. O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

Uma loja de departamento foi condenada a indenizar uma cliente, moradora de Linhares, Norte do Espírito Santo, em R\$ 31.520,00 pelo constrangimento de ser conduzida de volta ao caixa pelo segurança, após o alarme ser acionado.

O incidente ocorreu porque, mesmo após o pagamento, um dos produtos comprados ainda estava com o botão de segurança, esquecido pelo caixa do estabelecimento.

O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

A empresa, apesar de devidamente citada e intimada não compareceu à audiência designada, não se apresentando em juízo para contestar os fatos.

Para o juiz do 2º Juizado Especial Cível de Linhares, o erro só teria acontecido por conta da falha do sistema de segurança escolhido pelo estabelecimento comercial, seja por conta da falha pessoal do servidor atuando no caixa, ou por falha do alarme da porta.

Segundo o magistrado, o barulho sonoro das portas demonstra ao público que a pessoa que por ali passou está com produto ainda não quitado.

Assim, o juiz afirma, na decisão, que “só o fato do sistema sonoro disparar causa vergonha em qualquer cidadão que recebe os olhares dos que ali estão com desconfiança. A abordagem, por si só, já caracteriza um constrangimento capaz de gerar dano moral.”

Brigas no WhatsApp vão parar na Justiça

Casos envolvem desde desentendimentos entre casais a ofensas entre vizinhos e familiares, de acordo com advogados

Milena Martins

Brigas que começam em aplicativos de mensagem, como o WhatsApp, e vão parar nos tribunais têm se tornado cada vez mais comuns, afirmam advogados. Entre os casos há desentendimentos por causa do fim de relacionamentos, brigas entre vizinhos e até entre familiares por causa da partilha de bens, por exemplo.

O advogado Renan Sales contou que o número de causas envolvendo brigas na internet tem crescido em seu escritório. Um dos casos relatados por ele envolve um morador de um condomínio que foi ofendido, por meio do WhatsApp, pelo síndico do prédio por discordar da prestação de contas.

“Esse é só um dos muitos casos

que chegam até mim. E muitas pessoas têm ganhado causas na Justiça por essas ofensas recebidas no mundo virtual.”

Sales destacou que a internet não deve ser observada como um meio em que atitudes erradas não serão punidas. “A internet não é um mundo sem lei”, destacou.

Briga de casal, segundo o advogado, é uma das situações que têm ocorrido com frequência em aplicativos e redes sociais e que acabam parando na Justiça. “As pessoas estão perdendo o limite quanto ao uso das redes.”

O advogado Rivelino Amaral, que é professor de Direito Penal e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo (OAB-ES), disse que já existem discussões e debates para que

“Acredito que acontecerão mudanças no Código Penal contra crimes na internet”

Rivelino Amaral, advogado

leis específicas sejam criadas para punir quem comete crimes pela internet.

“Acredito que, diante da evolução da sociedade, haverá mudanças no Código Penal para punição desse tipo de crime. Mas destaco que isso não significa que vai diminuir esse tipo de conduta.”

Ele lembrou que as ofensas sofridas pela internet podem ser julgadas como crimes contra honra, que o Código Penal define como calúnia, injúria e difamação. As vítimas também podem entrar na Justiça com uma ação indenizatória na área cível.

“O valor da indenização será definido pelo juiz, de acordo com cada caso. Criminalmente, a punição pode ser pagamento de cestas básicas e prestação de serviços à comunidade”, esclareceu.

O advogado Raphael Boldt lembrou que os avanços sobre as discussões de uma lei específica para crimes na internet já estão acontecendo, e citou como exemplo a lei Carolina Dieckmann, de 2012, que julga crime ato de invadir ou publicar conteúdo de celular ou computador alheio.



RENAN SALES alertou para punições: “A internet não é um mundo sem lei”

Presença policial que bloqueou viatura

Soldado Suelen Feitosa se apresentou à Corregedoria e está em cela no Quartel, no 2º andar, separada dos outros 4 PMs presos

Eliane Proscholdt
Tais de Holanda

Acusada de tentar impedir a saída de viaturas da sede do 13º Batalhão (São Mateus) da Polícia Militar durante a greve da corporação, a soldado Suelen Feitosa foi presa ontem.

Com a prisão decretada pela Justiça, ela se apresentou pela manhã na Corregedoria da Polícia Militar.

Ela está recolhida no presídio da corporação, no Quartel do Comando Geral da PM, e responde a Inquérito Policial Militar e a Procedimento Administrativo Disciplinar.

A soldado é acusada de, na noite de 21 de fevereiro, período que aconteciam as manifestações de

parentes dos militares, ter impedido o comandante do 13º Batalhão, tenente-coronel Paulo César Garcia Duarte, de sair com as viaturas da unidade.

Na ocasião, segundo a Polícia Militar, o comandante deu voz de prisão e determinou que ela saísse da frente da unidade.

A soldado saiu, mas, o comandante representou contra ela na Corregedoria da Polícia Militar.

Ela é acusada dos crimes de desobediência ao comandante e aliciamento ao aquartelamento.

Seu advogado, Maurício Finamore Simoni, informou ontem que está analisando a documentação para responder nos autos.

“Ela (Suelen) foi pega de surpresa e se apresentou espontanea-

“Ela (Suelen) não participava de nenhum movimento e trabalhou durante todos os dias da paralisação”

Maurício Finamore, advogado de defesa

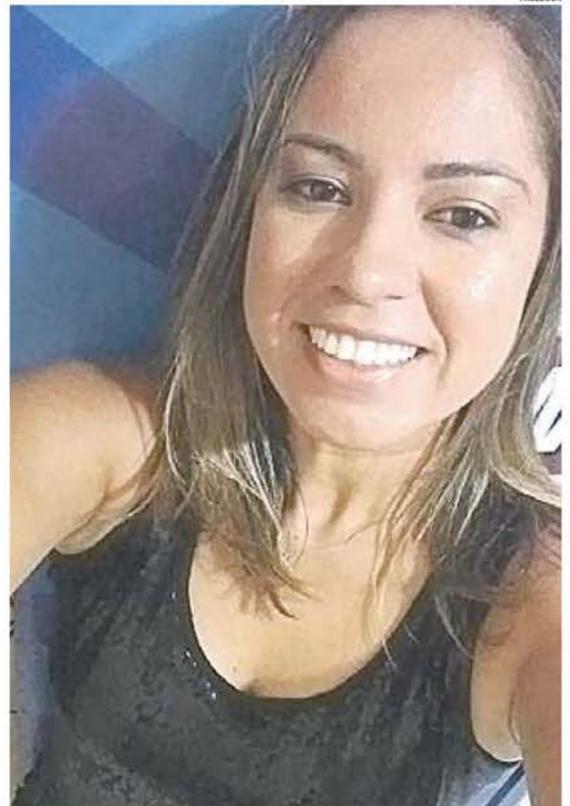
mente hoje (ontem). Ela não participava de nenhum movimento e trabalhou durante todos os dias da paralisação.”

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, informou que a soldado está em uma cela para abrigar mulheres que fica no segundo andar. Ela é a única policial feminina presa no momento.

Outros quatro policiais estão presos no QCG. São eles o soldado Maxson Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral de Militares (Agem); o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, vice-presidente da Agem; o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti e o ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assunção, o capitão Assunção.

Eles estão em celas separadas (com outros policiais) e só ficam juntos durante o banho de sol.

A reportagem obteve informações de que nos próximos dias há a possibilidade de novas prisões. Entretanto, o comandante-geral disse que não tinha informações, uma vez que os pedidos de prisões são feitos pela Corregedoria da PM.



SOLDADO Suelen Feitosa teria impedido comandante de sair de batalhão



12ª CIA Independente, em Jardim Camburi: mais policiamento das 22h às 8h

Moradores fazem apelo

No primeiro dia do reforço dos policiais militares em 76 bairros de Vitória, Vila Velha e na Serra, moradores perceberam um aumento do efetivo nas ruas, mas aproveitaram para fazer pedidos.

Em Jardim Camburi, onde está sediada a 12ª Companhia Independente da PM, que atende a 15 bairros, o pedido é por reforço no policiamento nos horários de saída dos estudantes e também das 22h às 8h, nos pontos de ônibus.

“Já percebemos uma melhora no efetivo. Nós ganhamos um reforço de 102 militares na região que abrange a 12ª Cia Independente. A nossa maior preocupação é no horário entre 22h e 8h”, disse Evandro Figueiredo, do Movimento Jardim Camburi Merece Mais.

Moradora de Jabaeté, em Vila Velha, uma secretária de 53 anos disse que a avenida Marrocos é muito perigosa à noite. Já a avenida França, segundo ela, tem incidên-

cia de tráfico de drogas e, por isso, deve ser tratada como prioridade pela 13ª Cia Independente.

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, garantiu que o trabalho dos policiais fará a diferença. “Após as apresentações nessas companhias, que está ocorrendo hoje (ontem), os policiais serão distribuídos para o policiamento ostensivo em radiopatrulhas, motocicletas, e a pé. Então, cria-se ali naquela Companhia Independente uma rotina operacional.”

Policiais de antigas tropas de elite da PM também irão atuar nessas companhias. O comandante disse que isso não foi uma retaliação por causa da greve. “Na polícia existe o princípio da universalidade. O policial pode estar hoje no BME, amanhã na Ambiental e depois de amanhã ele pode estar na Companhia Independente de Jardim Camburi. O policial não é treinado para fazer uma coisa só.”

Mulheres de PMs fazem assembleia geral hoje

As mulheres e familiares dos policiais militares fazem hoje uma assembleia geral em Vitória. Na pauta, estão: defesa das representantes diante do Ministério Público do Estado (MP-ES), criação das comissões de Mobilização e de Comunicação de todos os Batalhões e Companhias Independentes.

A assembleia acontece às 15 horas, na avenida Beira-Mar, ao lado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

E ontem, algumas pessoas que irão participar das negociações na próxima quinta-feira começaram a ser intimadas. Uma delas foi o presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), major Rogério Fernandes Lima.

“Aguardamos que as negociações feitas com a comissão de negociação do governo continuem e seja retomados os pontos já acertados com as associações”, destacou.

A designação de uma audiência de conciliação com todos os envolvidos no movimento partidista da PM foi determinada pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Vitória. O ato judicial está marcado para quinta-feira, às 14 horas.

Durante os próximos dias também deverá ser analisado o pedido de revogação da prisão do tenente-coronel Carlos Alberto Foresti.

Sua defesa entrou com pedido de habeas corpus e agora há várias fases: o desembargador relator pediu informações ao juiz da Auditoria Militar sobre a prisão do acusado. O processo vai para um procurador de Justiça, que opina se é caso de atender ou não o que o advogado pediu. Posteriormente, o habeas corpus vai a julgamento pela Câmara Criminal, em que três desembargadores votam. O resultado é por maioria de votos.



FAMILIARES DE MILITARES com faixas em protesto na Assembleia Legislativa. Hoje, elas se reúnem para debater os pontos que devem ser tratados em audiência na 5ª

Governador sanciona lei que altera promoção de militares

Dois dias após ser aprovada na Assembleia Legislativa, o governador Paulo Hartung sancionou ontem a lei com as mudanças nas normas de promoção dos oficiais da PM e Corpo de Bombeiros.

A mudança está valendo a partir do posto de 2º tenente até coronel. Com a nova lei, os oficiais passam a ser promovidos por merecimento e antiguidade, obedecendo a avaliações técnicas e profissionais.

Antes, o critério para promoção era somente tempo de serviço.

Será criada uma comissão, formada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, comandante-geral da PM, subcomandante da PM, chefe do Estado Maior Geral e corregedor da PM, que ficará responsável por avaliar as promoções. A avaliação conceituando o oficial será preenchida de 6 em 6 meses.

As promoções, com exceção do posto de coronel – cuja escolha será do governador –, serão efetuadas anualmente nas datas: 6 de abril (aniversário da PM), 25 de agosto (Dia do Soldado), 28 de outubro (Dia do Servidor Público) e 25 de dezembro (Natal).

Para o comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, a sanção da lei é muito importante, pois estimula e premia o bom desempenho do policial e, consequentemente, reflete na melhoria do serviço prestado à sociedade.

Servidor do Ministério Público tem maior tíquete do Estado

O auxílio-alimentação para os servidores do Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) será reajustado, a partir de abril, em 1,15%. O valor de R\$ 1.057,98 sobe



FACHADA DO MP-ES: acréscimo

para R\$ 1.070,08 ao mês, o que significa R\$ 48,64 por dia. Entre os órgãos estaduais, é o maior valor.

O valor pago aos servidores do MP-ES é seis vezes maior do que o recebido por servidores do governo do Estado, que recebem R\$ 176, o que representa um valor diário de R\$ 8.

“A maioria dos servidores do Estado não recebe auxílio-alimentação, apesar de já termos decisão favorável na Justiça. Porque tanto no Judiciário quanto no Legislativo, servidores recebem por subsídio e têm o benefício”, afirmou o diretor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado (Sindipú-

blicos), Amarildo Santos.

Segundo o sindicato, o valor do auxílio pago pelo Estado é o mesmo desde 1997. A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos foi procurada pela reportagem, mas não houve retorno.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

ÓRGÃO	VALOR
Ministério Público	R\$ 1.070,08
Tribunal de Justiça	R\$ 1.057,00
Assembleia Legislativa	R\$ 1.036
Tribunal de Contas	R\$ 897,10
Governo do Estado	R\$ 176

FONTE: PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DE CADA ÓRGÃO.

Loja de departamento é condenada a pagar R\$ 31,5 mil a cliente no ES

Cliente foi conduzida de volta ao caixa, após alarme ser acionado. O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

Uma loja de departamento foi condenada a indenizar uma cliente, moradora de Linhares, Norte do Espírito Santo, em R\$ 31.520,00 pelo constrangimento de ser conduzida de volta ao caixa pelo segurança, após o alarme ser acionado.

O incidente ocorreu porque, mesmo após o pagamento, um dos produtos comprados ainda estava com o botão de segurança, esquecido pelo caixa do estabelecimento.

O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

A empresa, apesar de devidamente citada e intimada não compareceu à audiência designada, não se apresentando em juízo para contestar os fatos.

Para o juiz do 2º Juizado Especial Cível de Linhares, o erro só teria acontecido por conta da falha do sistema de segurança escolhido pelo estabelecimento comercial, seja por conta da falha pessoal do servidor atuando no caixa, ou por falha do alarme da porta.

Segundo o magistrado, o barulho sonoro das portas demonstra ao público que a pessoa que por ali passou está com produto ainda não quitado.

Assim, o juiz afirma, na decisão, que “só o fato do sistema sonoro disparar causa vergonha em qualquer cidadão que recebe os olhares dos que ali estão com desconfiança. A abordagem, por si só, já caracteriza um constrangimento capaz de gerar dano moral.”

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**11 a 13
Mar
2017**



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

DEPOIS DE MUITA POLÊMICA...

PMs continuam à disposição dos Poderes, apesar de proibição legal

Assembleia aprovou lei, em novembro, prevendo retorno dos policiais às ruas

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Mesmo com a determinação legal de que policiais militares da ativa lotados em Poderes e instituições voltem às ruas, os cerca de 100 PMs cedidos ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e ao Ministério Público Estadual (MPES) continuam nas instituições.

O projeto de lei que obriga o retorno foi aprovado desde o dia 7 de novembro na Assembleia Legislativa, após muita polêmica. Em 21 de dezembro, o governador Paulo Hartung (PMDB) sancionou o texto, que tinha 60 dias para entrar em vigor.

Esse prazo se encerrou no dia 21 de fevereiro, data em que ainda ocorria o movimento grevista da Polícia Militar. Com isso, até o momento a lei está sendo descumprida.

Contudo, antes mesmo do fim do prazo, as duas instituições pressionavam o Estado pela permanência desses policiais, alegando que eles exercem atividades-fim, e que sua saída comprometeria investigações e procedimentos.

No TJES, o presidente da



VITOR JUBINI



TJES

Fachadas dos prédios do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, em Vitória: busca de alternativas

Corte, Annibal de Rezende Lima, solicitou oficialmente à Secretaria de Segurança Pública (Sesp) que os policiais permanecessem à disposição do Judiciário até que o movimento grevista fosse encerrado, o que foi autorizado.

“Entendemos que eles estão em atividades que só policiais da ativa podem exercer, como escolta de presos, segurança interna de fórum, transferência de armas. Agora tenho que conversar com o Executivo para examinar a situação desses policiais”, afir-

DA ATIVA

100

policiais militares
É o efetivo que ainda atua no TJES e no MPES para assessoria militar.

mou o desembargador.

No caso do MPES, onde há 45 policiais, sendo 34 para atividades ligadas a investigação e 11 para escolta de promotores e procuradores ameaçados, a

procuradora-geral de Justiça, Elda Spedo, afirmou em janeiro que “o trabalho do grupo no combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro será inviabilizado e o prejuízo maior será para a sociedade”.

Dias depois, o próprio secretário de Segurança Pública, André Garcia, reconheceu que este é um serviço policial e buscaria uma alternativa legal para abrigar os policiais.

Por nota, o MPES afirmou que requisitou à Sesp a permanência desses policiais militares.

Somente cinco PMs que atuavam na Assembleia, considerados como excedentes na assessoria militar, já deixaram a instituição. A saída foi determinada pelo governo desde o dia 3 de novembro, antes mesmo de a lei ser votada. Permaneceu apenas o tenente-coronel, que tem o trabalho de assessor militar previsto no quadro da PM.

A Sesp informou, por nota, “que está em contato com o MPES e o TJES para fazer a gestão desses PMs, com vistas as adequações para o cumprimento da lei”.

ENTENDA

O INÍCIO

▼ Polêmica na Assembleia

Após o suposto atentado ao deputado estadual Marcelo Santos (PMDB), em outubro, o boletim de ocorrência dizia que o policial que fazia a segurança do deputado era da assessoria militar da Assembleia, ainda que essa não fosse a atribuição do grupo, o que chamou a atenção para esta cessão de policiais a órgãos e Poderes.

▼ Efeito cascata

A Assembleia aprovou um projeto para retirar todos os PMs cedidos a todos os Poderes, em novembro. Sancionada, a lei deveria começar a valer em 21 de fevereiro.

CONTRÁRIOS

▼ Crítica

TJES e MPES alegam que os 100 militares da ativa que atuam nessas instituições exercem atividades policiais, pleiteando sua permanência.

▼ Providências

Como a lei já está em vigor, seria necessário um decreto governamental transferindo os militares para o Quadro Organizacional, junto a essas instituições, ou a aprovação de outra lei, de iniciativa do Executivo.

NILO TARDIN - 16/12/2015



VISTA DO RIO DOCE, já tomado pela lama, e da cidade de Colatina em dezembro de 2015, um mês após o rompimento da barragem de minério da Samarco

DESASTRE DA LAMA

Indenização de R\$ 1 mil para moradores de Colatina

Justiça decidiu que esse será o valor pago a quem pedir reparação por danos morais pela falta de abastecimento por causa da lama

Rayza Fontes

Os moradores de Colatina que acionarem a Justiça em busca de danos morais por problemas no abastecimento de água após o rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco vão receber um valor fixo de R\$ 1 mil. A decisão foi tomada ontem pelo Pleno do Colegiado dos Juizados Especiais no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Segundo o relator do processo no Pleno, juiz Marcelo Pimentel, foi aprovado, por maioria, um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), quando uma grande gama de ações fala sobre o

mesmo fato e tem o mesmo pedido.

No caso, os processos se referem aos problemas de abastecimento de água em Colatina após a lama de rejeitos de minério ter atingido o Rio Doce, que é usado para captação de água no município.

“Estavam ocorrendo decisões contraditórias. Por exemplo, alguém entrava com uma ação pedindo danos morais por falta de água e o juiz considerava improcedente. Outro juiz julgava a mesma ação, mas dando o dano moral. As quantias também variavam muito. Agora, foram criadas regras para que isso não ocorra”, explicou o relator.

“É necessário apresentar contas de água, para provar que o autor da ação mora em Colatina. O IRDR foi muito estudado. A minha decisão tem 24 laudas e estudei outras situações semelhantes para arbitrar o valor”, completou o juiz.

A Samarco foi responsabilizada a indenizar os cidadãos que ajuizaram as ações, individualmente. Após a decisão do Pleno, compo-

por 15 juízes das turmas da capital, do Sul e do Norte, a mineradora não poderá mais recorrer.

REPARAÇÃO

Desde novembro de 2016, a Fundação Renova, responsável por projetos de reparação e reconstrução das regiões afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015, desenvolve o Programa de Indenização Mediada (PIM), para indenizar, sem trâmites e custos judiciais, os impactados por problemas de abastecimento de água em

Colatina.

Segundo o líder do Programa de Indenização Mediada, Gabriel Rossoni, já foram realizados cerca de 25.500 atendimentos em Colatina e 7.700 moradores do município receberam valor de R\$ 880. “A adesão ao programa é voluntária e gratuita. O objetivo é ressarcir a população dos danos”, explicou.

A Samarco informou, por meio de nota, que tomou conhecimento da decisão da Justiça e aguarda a publicação da mesma.

JULIA TERAYAMA - 19/02/2014

“Estavam ocorrendo decisões contraditórias. As quantias também variavam muito. Foram criadas regras para que isso não ocorra”

Marcelo Pimentel, juiz relator do caso



Policiais militares das novas companhias já estão nas ruas

Mudança envolve trabalho de PMs nos municípios de Vitória, Serra e Vila Velha

RAQUEL LOPES
TATIANA MOURA

Policiais militares que fazem parte das novas companhias criadas pelo governo do Estado já começaram o trabalho nas ruas. Ontem, em Jardim Camburi, Vitória, um dos locais onde eles vão atuar, já havia movimentação próximo à sede Destacamento de Polícia Militar (DPM) do bairro.

As novas companhias foram criadas para além de Jardim Camburi, trabalhar na Serra (Feu Rosa) e Vila Velha (Jabaeté). Elas vão somar esforços com batalhões que já existem nesses municípios para reforçar o policiamento nos bairros.

Mais de 500 policiais militares começaram a ser transferidos. A maior parte dos que estão sendo movimentados fazia parte de uma tropa de elite que foi extinta, a Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam), foco da resistência do movimento grevista. Há também policiais do antigo Batalhão de Missões Especiais (BME), transformado em companhia independente e que teve sua tropa reduzida.

MORADORES

Segundo moradores, a insegurança em Jardim Camburi é constante, e os assaltos não têm hora para acontecer. Por isso, será importante o reforço com a chegada dos policiais ao bairro.



Movimentação de grupo de policiais militares próximo à sede do DPM de Jardim Camburi, em Vitória

A estudante Suzane Santos, 32, foi assaltada em dezembro do ano passado e depois disso, passou a sair de casa com dois celulares: um mais caro, e um mais simples, para o caso de ser assaltada.

“Eu e meu marido fomos assaltados, em dezembro, por dois homens armados, em uma moto, que já chegaram exigindo celulares. Agora só saio de casa com dois aparelhos. Esse reforço policial já deveria ter vindo”.

A microempresária Silvia Bergami, 40, da mesma forma, acredita que o trabalho dos policiais vai fazer a diferença no bairro. “Por um lado, a sociedade vai perder o trabalho do Batalhão de Missões Especiais (BME), mas por outro, vai ganhar no reforço no policiamento nos bairros.”

LEI SANCIONADA

O governador Paulo Hartung sancionou, ontem, a lei

com as propostas de mudanças nas normas de promoção e dos oficiais combatentes e especialistas da Polícia Militar.

A lei, que foi elaborada pelo comando-geral da corporação com a participação ativa da Procuradoria-Geral do Estado, atualiza uma legislação com mais de 50 anos de publicação.

A partir de agora, oficiais combatentes e especialistas passam a ser promovidos na seguinte ordem: mérito, seguido de merecimento intelectual, merecimento, antiguidade, escolha, post-mortem (após a morte) e ressarcimento de pretensão.

A mudança está valendo a partir do posto de 2º tenente até coronel. Além disso, será criada uma comissão dentro da Polícia Militar que ficará responsável por avaliar as promoções.



MAIS PM pág. 24

Soldado é presa após se apresentar

A soldado da Polícia Militar Suelen Feitosa se apresentou ontem, na Corregedoria da PM em Vitória, em atendimento ao pedido de prisão decretado pela Justiça. Ela teve a prisão decretada após tentar impedir a saída de viaturas do 13º Batalhão, em São Mateus, no Norte do Estado, no dia 21 de fevereiro.

De acordo com a assessoria da PM, o comandante do batalhão de São Mateus, tenente-coronel Paulo César Garcia Duarte, queria sair com as viaturas da unidade e a soldado tentou impedir. Ele deu ordem de prisão contra ela e a Justiça concedeu. A liberação do batalhão tinha sido acordado com os manifestantes horas antes na sede da prefeitura.

Assoldado é acusada pelo crime de motim e está no presídio da corporação. Ela responde a Inquérito Policial Militar (IPM) e a Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD). O prazo para conclusão dos procedimentos é de 30 dias e pode ser prorrogado.

Feitosa tem direito à defesa para apresentação de provas. Segundo a assessoria, é preciso aguardar a conclusão dos procedimentos para saber o que vai acontecer com a policial. O tenente-coronel não quis falar sobre o caso.



Precaução

Após ser assaltada em Jardim Camburi, Suzane Santos usa um aparelho celular mais simples.

VIOLÊNCIA NO ESTADO

Mulheres mudam de nome para fugir de maridos

Vítimas de violência doméstica, elas conseguem mudar de nome quando comprovam que lidam com criminosos

Jéssica Cardoso

Mulheres que foram agredidas ou ameaçadas, que temem pelas próprias vidas, têm tomado medidas extremas, na Grande Vitória, para se afastarem dos maridos violentos e retomarem a vida longe deles.

Segundo fontes da segurança pública, algumas das atitudes têm sido a mudança de nome, ainda que informalmente; e formalmente, quando conseguem provar na Justiça que correm risco de morte, devido ao fato de lidarem com um criminoso em potencial. E, na maioria desses casos, elas se mudam de cidade e até de estado.

O maior medo delas é morrer. Só nos dois primeiros meses deste ano, 27 mulheres foram mortas.

Informações sobre mulheres que conseguiram mudar o nome formalmente não são divulgadas, por serem sigilosas, mas a advogada especialista em Direito de Família Ivone Vilanova, que atuou em casos desse tipo, explica que são várias as mulheres que entram na lista de proteção especial a vítimas e a testemunhas, principalmente, em situações que envolvem tráfico e que ainda há comprovação de agressões.

“Um exemplo é quando o marido é um traficante de drogas e a mulher, bem como os filhos, passam a se tornar testemunhas daquela situação. Então, essa mulher é transferida para outro lugar, com outro nome e fica guarnecida pela Justiça”, explicou a advogada.

MEDIDAS

A juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de enfrentamento à situação de violência doméstica e familiar, afirma que a violência doméstica, por si só, não motiva a troca de nome, visto que a Lei Maria da Penha não prevê a alteração, mas oferece outras medidas.

“A lei é completa. Está entre as melhores do mundo, mas existem aquelas que querem fugir da agressão e retomarem a vida, em outro estado”, destacou.

Foi o que aconteceu a uma jovem, de 23 anos, que se viu refém do marido violento, ligado ao tráfico de drogas.

Faz 15 dias que ela deixou a Grande Vitória. “Ela foi espancada, estuprada e até fogo na casa o marido colocou. O jeito foi ir embora, porque só as denúncias não resolveram”, revelou a mãe dela, uma auxiliar de cozinha, 47 anos.



A ADVOGADA IVONE VILANOVA explicou que são várias as mulheres que entram na lista de proteção especial

AUXILIAR DE COZINHA MÃE DE VÍTIMA

“É como se nos matasse em vida”

A auxiliar de cozinha, de 47 anos, que viu a filha, de 23, deixar o Estado, após ser vítima de violência doméstica por seis anos, conversou com a reportagem de **A Tribuna**. Sem se identificar, ela contou que a filha viajou há 15 dias e a família sofre com ameaças e a dor da distância. A vítima não descarta a possibilidade da mudança do nome.

A TRIBUNA - Quando soube das agressões?

MÃE - Soube por uma amiga da minha filha, porque ela não tinha coragem de contar. Foram seis anos de violência e eles tiveram dois filhos. Preocupada com a situação, essa amiga abriu jogo e me contou. Eu já desconfiava, porque

ela aparecia com hematomas pelo corpo e muito triste.

> Como era no início?

No início, ele era uma pessoa muito boa, mas quando autorizamos o casamento, por insistência deles, tudo mudou. Com poucos meses, descobrimos que ele era envolvido com o tráfico de drogas, e até durante as gestações dela foi espancada. Foram várias denúncias, mas a polícia nunca o encontrava.

> Como eram as agressões?

Ele a enforcava, batia nela com cabo de vassoura, dava socos e chutes. Sem contar as ameaças. Ele dormia com uma faca embaixo do travesseiro e ameaçava cortar os órgãos genitais e os seios, caso ela gritasse, enquanto apanhava.

Ele ainda a estuprava e dizia que iria torturá-la, até que pedisse para morrer.

> Quando foi a última vez?

No fim do ano passado. Eu retirei ela de casa com os filhos, e logo depois ele ateou fogo na casa. Ele pretende matá-la. Ela foi levada para um abrigo, mas não se adaptou. A solução foi ir embora.

Hoje o que resta para gente é a dor da ausência dela e o medo. Ele ainda ameaça de morte todos da família. Uma filha, que criei com tanto amor e carinho, tem que fugir dele enquanto ele permanece solto. É como se nos matasse em vida.

Ela não analisou se muda de nome, mas se for para ter paz, vale a pena!

Mudança de nome é burocrática

Especialistas explicam que é possível uma mulher mudar o nome, por meio de ações na Justiça. Porém, é um processo rigoroso que leva em consideração todo o cenário em que a mulher está incluída.

O defensor público Franz Robert Simon, disse que não é como nas Varas de Vitória, porque muitos dos casos são supridos pela Lei Maria da Penha, que prevê o encaminhamento ao abrigo, em casos de risco de morte.

“Cada caso é um caso, na maior parte das situações de violência doméstica, a vítima também é testemunha de acusação. Logo, ela também pode ser incluída no sistema de proteção. O que irá definir será o relatório psicossocial e jurídico, e a partir disso, o juiz irá analisar”, explicou.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (OAB-ES), Verônica Bezerra, disse que é possível quando a situação vai além do que trata



FRANZ ROBERT SIMON explica que o juiz é quem analisa pedido de alteração

a Lei Maria da Penha. “A Lei Maria da Penha não prevê essa alternativa, mas a Lei do Programa e Proteção de Testemunhas prevê, mas não é tão fácil. É um caso extremo, pouco comum. Isso se o mecanismo da Maria da Penha não der conta”, disse a presidente.

Verônica Bezerra finalizou dizendo que o enfrentamento da violência contra a mulher ainda está em passos lentos. “Muito já foi feito, mas no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, não tivemos o que comemorar, porque muitas ainda são vítimas”.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Primeira necessidade

Um projeto de lei que tramita na Assembleia obriga a inclusão de repelentes nas cestas básicas distribuídas do Espírito Santo. É que há poucos anos, era só a dengue. Agora é também febre amarela, zika, chikungunya... virou item de primeira necessidade.

ESPECIALIZADA

Polícia cria delegacia para assaltos a ônibus

- Após um grande número de crimes dentro de ônibus, a Polícia Civil criou uma delegacia especializada para investigar apenas crimes em coletivos, como assaltos e arrastões. Isso porque, a Delegacia de Crimes Contra o Transporte de Passageiros e Cargas

foi desmembrada em duas. O delegado Eduardo Khaddour, que será titular das duas delegacias, acredita que crimes serão mais bem apurados. “Nos casos de crimes em coletivos, a equipe será dividida em municípios. Uma segunda equipe investigará apenas

casos com cargas”, disse. A Polícia Civil descartou o envolvimento de PMs em três casos de uma série de sete incêndios em ônibus, ocorridos durante a crise na segurança pública em fevereiro e divulgou imagens de um dos suspeitos dos ataques: Ednaldo dos Santos, 37. Ele foi reconhecido por testemunhas e é acusado de incendiar um coletivo em Vila Isabel, em Cariacica, no dia 17.

VALORES COMPENSADOS

Decisão judicial pode reduzir conta de luz em mais de 1,2%

Potencial impacto da liminar sobre o setor é de R\$ 1,8 bilhão, segundo a Aneel

Uma disputa bilionária poderá aliviar em parte o custo das contas de luz dos pequenos consumidores. Em 2015, um grupo de grandes clientes de energia conseguiu uma liminar na Justiça para não pagar parte de um encargo setorial. Depois de provocada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em fevereiro, na próxima semana a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, deverá decidir sobre um pedido de suspensão dessa liminar. O potencial impacto da liminar sobre o setor é de R\$ 1,8 bi, diz a agência.

Ou seja, esse é o valor máximo que pode ter sido cobrado a mais dos consumidores comuns de energia com a liminar obtida pela Associação Brasileira de Grandes Consumido-



Transmissão de energia: pequenos consumidores podem se beneficiar com liminar

res Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) em 2015.

Pela reversão da decisão, a depender do seu conteúdo, poderia haver uma compensação desses valores futuramente, com grande pagamento mais e pequenos pagando menos na conta de luz. O impacto percentual nas tari-

fas varia conforme o número de associados da Abrace na região da distribuidora, mas seria de, em média, 1,2%.

A depender da decisão da ministra Laurita e do julgamento do mérito da ação, parte do R\$ 1,8 bilhão poderia ser devolvido para os consumidores que pagaram a mais - há outras ações si-

milares à da Abrace que poderiam ter o mesmo caminho, inflando essa quantia.

De acordo com autoridades do setor elétrico, por consequência da liminar, até hoje há distorções na distribuição da cobrança de encargos no sistema elétrico, com grandes pagando parcela a menor do que de-

veriam. Porém, segundo Julião Coelho, advogado que defende a Abrace no processo, isso não é verdade.

Segundo ele, a suspensão da liminar, solicitada pela Advocacia Geral da União (AGU), não surtiria mais efeitos econômicos, porque os pagamentos da CDE 2015 já foram feitos até o ano passado e, atualmente, a conta é positiva, o que elimina o risco de transferências de custos. "Além disso, a Aneel passou a reduzir o repasse da CDE para evitar danos à coletividade", disse Coelho, para quem a suspensão da liminar não poderia fazê-la retroagir.

Na sexta, o STJ provocou o Ministério Público Federal a se manifestar. Depois, a subprocuradora-Geral da República, Sandra Cureau, apresentou parecer favorável ao governo, de que a liminar apresenta risco grave à ordem econômica e à economia pública, apontando pela suspensão da medida.

INADIMPLÊNCIA

Dívidas em atraso do consumidor caem 8%

A inadimplência do consumidor recuou 8% em fevereiro ante janeiro na comparação dessazonalizada, informou a Boa Vista SPC. Já no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em fevereiro, foi registrada queda de 3,5% frente aos 12 meses antecedentes. Na comparação entre fevereiro deste ano e o mesmo mês do ano passado, foi constatada retração de 8,3%. Na análise acumulada em 12 meses por regiões, houve queda no Sul (-5,3%), Sudeste (-5,1%), Centro-Oeste (-0,3%) e Nordeste (-0,1%).

Para a Boa Vista, os recuos verificados na inadimplência são justificados pelas adversidades que atingem a economia brasileira há dois anos, provocando maior cautela nas famílias e inibindo o consumo. A instituição afirma que a perspectiva de crescimento econômico moderado, aliada à melhora da renda e queda dos juros e da inflação, deve favorecer uma "retomada sustentável da demanda de crédito".

Nerleto Caus

É presidente do Instituto Teotônio Vilela no Espírito Santo (ITV-ES)

/// Pequenos atos diários para cultivar, desde cedo, o zelo pela coisa pública ajudam a criar as condições para termos uma segurança pública eficiente

Cuidar do nosso jardim

A situação da segurança pública do Espírito Santo, causada pela recente paralisação da Polícia Militar, suscita reflexões sobre os modelos adotados no Brasil, do tamanho do Estado à educação de nossos filhos, passando pelo cumprimento dos preceitos e prevenção de uma vida em uma sociedade plural, mas com foco, claro, nas instituições de repressão ao crime e à violência.

E são muitas essas instituições em atividade no país. São todas necessárias ou cabe fusão entre algumas? Há comunicação entre elas? Os processos de escolha dos atores e dos gestores dessas corporações refletem o pensamento da sociedade atual? São elas instituições que se encaixam na estrutura da sociedade contemporânea – que se realiza em rede e em crescente descentralização?

É essa nova configuração da sociedade uma força descomunal a impelir mudanças em todas as instituições sociais, e segurança pública não fica de fora. As forças de segurança têm que permanecer exercendo o poder de manter a ordem numa sociedade em que cresce a desorganização dos grupos, a fragmentação do indivíduo e a desconstrução do modelo de liderança vertical.

Fica a sugestão de adotar, como fez Nova

York a partir da década de 1980, um cuidado maior com os detalhes da segurança pública. Lá, buscou-se solucionar a violência a partir da equação dos pequenos problemas do cotidiano. Começando pelo metrô, aliaram prestação de serviços melhores ao combate às transgressões: a limpeza mais eficiente, a repressão ao consumo de bebidas e drogas, o combate efetivo aos delitos e, por fim, a garantia da segurança dos usuários do transporte foram ações que trouxeram de volta a confiança no sistema. Primeira vitória.

Em seguida, a prefeitura melhorou a limpeza urbana das comunidades mais violentas e combateu sistematicamente toda tentativa de quebrar as regras sociais, por menor que fosse a transgressão, reforçando o contrato social expresso em normas respaldadas na legislação.

Há o exemplo das escolas infantis do Japão, onde as crianças revezam-se no trabalho de limpeza das instalações e também na hora de servir a merenda aos coleguinhas. Pequenos atos diários para cultivar, desde cedo, o zelo pela coisa pública, a noção de vida comunitária e de responsabilidade pelo bem comum.

Tanto entre os estudantes japoneses quanto em meio aos nova-iorquinos, a organização da vida na cidade a partir da reificação dos códigos de convivência e da responsabilidade compartilhada entre os cidadãos impulsionou o sentimento de pertencimento.

Fatos estes que nos chamam a atenção para o que nos ensinou Voltaire em sua obra “Cândido” ainda no século 18: “É preciso cuidar do nosso jardim”.

REESTRUTURAÇÃO DA PM

“Não vale a pena cometer crime”

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, destacou que é pautado pela legalidade e advertiu que em nenhum momento vale a pena cometer crimes por reivindicações. Frisou ainda que, se necessário, novos processos demissionários de PMs poderão ser abertos, em caso de ilegalidades.

A TRIBUNA — Houve pressão ou convencimento para os policiais voltarem a trabalhar?

CORONEL NYLTON RODRIGUES — Convencimento. Mostrando o que estava acontecendo, comprometimento de um crime. A gente orientava. Orientava que outra postura tinha que ser tomada. Mas sempre tentando ajudar. É como se fosse um filho: o pai conversa, diz que há uma besteira e que pode ter uma consequência.

> Os PMs voltaram para as ruas sem terem reivindicações atendidas. Acha que o ânimo é o mesmo?

Não acredito que o PM está fazendo corpo mole. Quando somos acionados para uma ocorrência, ou vemos um crime, não conseguimos virar as costas para isso.

Agora com relação ao policial que não conseguiu nada com a reivindicação, a questão do colete está resolvida, assim como a do armamento. Mas vamos para a questão salarial, que é a principal, que ele não teve.

O governo pode dar aumento se tiver dinheiro para dar aumento. Vivemos a pior crise da história do nosso País. Como dar aumento? Está claro que não tem condições, mas não quer dizer que a gente não possa trabalhar, negociar para, no momento certo, o aumento vir.

> E como motivar o PM?

Consciência. Saber que a gente não pode fazer uma sociedade pagar, porque neste momento eu não vou ter aumento. Isso tem que ser trabalhado com o PM. E ele analisar se o que foi feito foi o caminho correto. Todo mundo que aquartela, cometeu crime de motim, é hora de respirar; pensar na família,

no emprego que possui, e se aquele foi o caminho correto.

> O senhor usou o termo motim. Que lição a polícia tira desse motim?

(Pausa) A lição que se tira desse motim é que não vale a pena cometer crime para eu ter o que eu quero. Se as pessoas fizerem a opção do crime para terem o que querem, a sociedade está acabada.

> E qual a lição para o senhor?

(Pausa longa) A gente tem de estar sempre muito próximo da tropa, exercendo liderança positiva. Conversando com a tropa, não pode se afastar do soldado, do cabo, do sargento. A gente tem que estar ouvindo e muito. A gente tem de estar aconselhando. E a gente tem de estar demonstrando que está levando aquilo que se ouve e conversa. E eles têm de perceber isso.

Temos que fazer diagnósticos. E só conseguimos isso se ouvimos e conversamos. Ouvir é o principal. E conquistar a confiança.

> Acredita que, pelas acusações de crimes cometidos, muitos PMs poderão ser expulsos?

Não tenho como fazer projeção, qual percentual vai ser excluído. O que posso dizer é que quase 300 PMs respondem por procedimentos demissionários (273 ao todo). Temos muitos PMs figurando como acusados em Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que serão levados à Justiça Militar. São 2.580.

Vão ser encaminhados ao Ministério Público. Uma pessoa figurar com IPM não quer dizer que será condenada.

> Um novo concurso da PM vai ser inevitável?

O que posso dizer é que, caso seja necessário repor efetivo, o governo vai fazer novo concurso.

> Novos processos demissionários poderão ser abertos, mesmo com o acordo feito com as mulheres?

Sou pautado pela legalidade. Se acontecer qualquer tipo de fato grave que necessite de um processo, eu não tenho como não instaurar.



MULHERES em frente ao Quartel do Comando-Geral, durante a greve da PM: investigação sobre responsabilidades

rar. Tenho uma lei a cumprir.

Nós temos que ser justos e fazer o que é certo. A responsabilização dos atos é só ao final dos processos e inquéritos para chegar à decisão.

Tudo isso tem que ter a sua ação individualizada. Uma outra pessoa não pode pagar pelo que a outra fez. Tem que ser feita investigação, a individualização das ações.

> PMs vão ser responsabilizados pelas 200 mortes que aconteceram durante a greve?

Não. Essas mortes aconteceram e tiveram esse aumento pela ausência da polícia nas ruas. Acabou facilitando a ação de criminosos, mas isso não vai para a conta do policial. A responsabilidade dessas mortes pode ir para a conta do movimento, por conta da falta da PM.

> Mas quando o senhor fala que pode ir para a conta do movimento, quem seria responsabilizado, uma vez que comentou que havia PMs no meio. Quem seria responsabilizado?

Ai só as investigações vão dizer. O Ministério Público tem uma força-tarefa, Polícia Federal investiga. Com as investigações talvez teremos nomes. Nós já temos pessoas presas. Mas nós não podemos responsabilizar o PM pelas mortes.

> Foram perdidos avanços em bairros com índices altos de criminalidade?

Pode ter acontecido. Provavelmente aconteceu em alguns locais. Cabe à PM aumentar a sua ostensividade. A criação das companhias independentes ocorreu para isso. Para aumentar a ostensividade. A criação das companhias tático móveis foi para estar mais presente nas áreas quentes das cidades.

> Por que integrantes de antigas tropas de elite agora foram para as companhias? E a ida deles foi retalição?

Não, não foi retalição. Tinhamos demandas antigas e que sempre considerei prioritárias. Sempre soube que o policiamento tem de estar fixado num terreno e perto da sociedade. A Ronda Ostensi-

va Tática Motorizada (Rotam) e o Batalhão de Missões Especiais (BME) apoiavam muito bem. Só que apoiavam um determinado local a cada dia. Perdíamos disponibilidade e permanência nos terrenos.

Agora, com as companhias tático móveis nos batalhões, vamos ter o mesmo serviço que a Rotam fazia, só que fixo. Se acontecer alguma coisa muito grave em algum bairro, é para lá que ela vai. Ai, além da companhia tático móvel, há as companhias que se fixaram

“Essas mortes aconteceram e tiveram esse aumento pela ausência da polícia nas ruas”

em diferentes locais. A polícia tem princípio da universalidade. O PM não é treinado para uma coisa só.

> Houve aumento do número de PMs na Grande Vitória?

Claro! A 14ª Cia, em Feu Rosa, por exemplo, tinha 110 PMs. Subiu para 230, com aqueles que vieram do BME e da Rotam. Houve aumento de efetivo. Eu optei em descentralizar uma tropa especializada para os batalhões da Grande Vitória, a fim de aumentar a disponibilidade daquela tropa especializada aos comandantes dos batalhões.

Foi opção para aumentar a quantidade de PMs nos bairros.

> Haverá reformulação na forma de promoção dos praças, após a mudança nas carreiras dos oficiais?

Não tem nada definido. Não estamos com pressa nenhuma. É importante agir com calma. Essa modificação da lei de promoção dos oficiais era necessário modernizar.

Uma lei de 1956, que privilegiava quase de forma absoluta a antiguidade. Na lei nova só adicionamos a meritocracia. A antiguidade não vai deixar de ser levada em conta.

O efeito prático dessa lei vai ser não permitir a promoção daquele que não merece. Não é prejudicar aquele que merece. Acredito que a Assembleia conseguiu enxergar que o Estado do Espírito Santo era o único que não tinha mudado a sua lei de promoção de oficiais.

> É necessário mudar a forma de promoção dos praças?

É necessário discutir, sim. O Estado Maior Geral está estudando.

> O senhor tem andado de escolta. Houve registros de ameaças contra o secretário de Estado André Garcia. Outros membros da alta cúpula de segurança pública foram ameaçados?

(Pausa longa) Não, não temos mais notícias de ameaças. Somente houve reforço na segurança.

> O senhor disse que esse movimento deixou feridas. Como cicatriza-las?

Temos que sair mais fortes. Colocar a instituição em primeiro lugar. Essa lei de promoção é uma prova disso. Muita gente me pergunta por que as associações não foram inseridas na discussão. Digo que problemas institucionais têm de ser discutidos pela instituição.

Associação respeito muito, tem papel importantíssimo, mas não existe para discutir assuntos institucionais, mas sim assuntos de interesse do seus associados. São coisas diferentes. A lei de promoção de oficiais é prova de que os interesses institucionais têm de estar à frente dos pessoais.

Alguém não pode ser declarado aspirante a oficial com a certeza de que vai virar coronel trabalhando ou não trabalhando. As feridas começam a ser tratadas dessa maneira.

“Temos que sair mais fortes. Colocar a instituição em primeiro lugar. Essa lei de promoção é uma prova disso”

Colocar a instituição em primeiro lugar. Essa lei de promoção é uma prova disso”

“Se as pessoas fizerem a opção do crime para terem o que querem, a sociedade está acabada”



PMs em patrulhamento: Estado diz que problema de coletes foi resolvido



OPINIÃO ECONÔMICA

RONALDO CAIADO

Fim do foro privilegiado

No próximo dia 26, a sociedade brasileira volta às ruas para clamar por justiça no âmbito da vida pública. Justiça sem privilégios, nos termos do artigo 5º da Constituição — cláusula pétrea —, de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. O símbolo que condensa, perante o povo, a ideia de que há privilégios é a instituição do foro por prerrogativa de função, que hoje alcança um número despropositado de beneficiários. Segundo a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), são cerca de 40 mil — isso mesmo! — os beneficiários desse foro, muito a propósito chamado de privilegiado.

Só no Judiciário, de longe o mais abrangido pelo foro, são 34.676, segundo a Ajufe.

Uns têm jurisdição no STF (presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, parlamentares federais, integrantes dos tribunais superiores); outros (governadores e desembargadores), no STJ; e outros ainda (magistrados, procuradores, promotores, prefeitos, deputados estaduais), nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, a segunda instância da Justiça brasileira.

O foro ainda beneficia membros de tribunais de contas, comandantes militares e chefes de missões diplomáticas.

Detalhe: têm direito ao foro mesmo em casos de crimes comuns, alheios ao exercício de suas funções públicas.

A percepção popular é que o foro é uma espécie de blindagem judicial, o que agrava a desconfiança da sociedade para com suas instituições.

Na medida em que o alcance do foro vai muito além dos fundamentos que o conceberam — proteger os mais altos cargos da República —, torna-se ele uma excrescência. Além do sentido moral repudiado pela população, e em claro confronto com o espírito isonômico da Constituição, há, no caso das autoridades com foro no STF, o transtorno operacional que daí advém.

Transforma-se o STF em tribunal penal, o que não é de sua índole nem de sua destinação de Corte Constitucional.

O foro é uma sobrecarga a um volume já de si monumental de demandas, acima, em regra, da capacidade estrutural dos tribunais superiores.

Veja-se o caso do STF, que, com apenas 11 juizes, julga cerca de

100 mil casos por ano, enquanto a Suprema Corte norte-americana, com o mesmo número de magistrados, julga apenas cem casos.

Em tal contexto, os réus do foro privilegiado beneficiam-se da lentidão processual, decorrente dessa sobrecarga, o que faz com que a imensa maioria se beneficie da prescrição de seus crimes.

Enquanto o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal, de Curitiba, já julgou e sentenciou mais de uma

pósito, restringindo-se aos presidentes dos Três Poderes e a algumas poucas funções mais — e apenas para os crimes de responsabilidades, isto é, os atos inerentes ao exercício da função.

Nos crimes comuns, todos, como qualquer cidadão, reportam-se à jurisdição de primeiro grau.

Além do impacto moral, vital para restabelecer a credibilidade das instituições, o fim da farra do foro tornará o processo de res-



O fim da farra do foro privilegiado tornará mais célere o processo de responsabilização

centena de envolvidos na Lava a Jato, o STF ainda não condenou ninguém.

Isso explica a resistência de muitos ao fim do foro, hoje proposto por PEC em tramitação no Senado, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e que tem meu integral apoio.

Se o foro tem o propósito de resguardar os mais altos cargos da República, que cumpra seu pro-

ponsabilização mais célere e o clamor da sociedade por justiça será, enfim, atendido.

Privilégio é exceção — e a Constituição (artigo 5º, XXXVII) quanto a isso é claríssima: “Não haverá juízo ou tribunal de exceção”.

RONALDO CAIADO, 66, senador pelo DEM-GO, é líder do partido no Senado.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Na semana da mulher...

Na semana do Dia da Mulher, o Tribunal da Justiça levou o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha para a frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha. No local, mais de 170 mulheres foram atendidas e 50 receberam medidas protetivas.

...eles descumprem a lei

Outras quatro mulheres, que já tinham medida protetiva, compareceram para registrar o descumprimento delas. As mulheres ainda têm muito o que lutar por seus direitos mesmo.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Chinelo proibido

Um memorando de julho de 2016 do Tribunal de Justiça do Espírito Santo determinou a proibição de homens e mulheres entrarem nos fóruns estaduais com trajes considerados inadequados – dentro da lista, estão homens de chinelos ou sandálias.

Pela revogação

O problema é que agora os juízes resolveram colocar a norma em prática e as denúncias começaram a chegar à OAB-ES, que enviou requerimento solicitando a revogação do memorando por impedir o acesso à Justiça e causar discriminação.

Loja de departamento é condenada a pagar R\$ 31,5 mil a cliente no ES

Cliente foi conduzida de volta ao caixa, após alarme ser acionado. O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

Uma loja de departamento foi condenada a indenizar uma cliente, moradora de Linhares, Norte do Espírito Santo, em R\$ 31.520,00 pelo constrangimento de ser conduzida de volta ao caixa pelo segurança, após o alarme ser acionado.

O incidente ocorreu porque, mesmo após o pagamento, um dos produtos comprados ainda estava com o botão de segurança, esquecido pelo caixa do estabelecimento.

O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

A empresa, apesar de devidamente citada e intimada não compareceu à audiência designada, não se apresentando em juízo para contestar os fatos.

Para o juiz do 2º Juizado Especial Cível de Linhares, o erro só teria acontecido por conta da falha do sistema de segurança escolhido pelo estabelecimento comercial, seja por conta da falha pessoal do servidor atuando no caixa, ou por falha do alarme da porta.

Segundo o magistrado, o barulho sonoro das portas demonstra ao público que a pessoa que por ali passou está com produto ainda não quitado.

Assim, o juiz afirma, na decisão, que “só o fato do sistema sonoro disparar causa vergonha em qualquer cidadão que recebe os olhares dos que ali estão com desconfiança. A abordagem, por si só, já caracteriza um constrangimento capaz de gerar dano moral.”

Brigas no WhatsApp vão parar na Justiça

Casos envolvem desde desentendimentos entre casais a ofensas entre vizinhos e familiares, de acordo com advogados

Milena Martins

Brigas que começam em aplicativos de mensagem, como o WhatsApp, e vão parar nos tribunais têm se tornado cada vez mais comuns, afirmam advogados. Entre os casos há desentendimentos por causa do fim de relacionamentos, brigas entre vizinhos e até entre familiares por causa da partilha de bens, por exemplo.

O advogado Renan Sales contou que o número de causas envolvendo brigas na internet tem crescido em seu escritório. Um dos casos relatados por ele envolve um morador de um condomínio que foi ofendido, por meio do WhatsApp, pelo síndico do prédio por discordar da prestação de contas.

“Esse é só um dos muitos casos

que chegam até mim. E muitas pessoas têm ganhado causas na Justiça por essas ofensas recebidas no mundo virtual.”

Sales destacou que a internet não deve ser observada como um meio em que atitudes erradas não serão punidas. “A internet não é um mundo sem lei”, destacou.

Briga de casal, segundo o advogado, é uma das situações que têm ocorrido com frequência em aplicativos e redes sociais e que acabam parando na Justiça. “As pessoas estão perdendo o limite quanto ao uso das redes.”

O advogado Rivelino Amaral, que é professor de Direito Penal e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo (OAB-ES), disse que já existem discussões e debates para que

“Acredito que acontecerão mudanças no Código Penal contra crimes na internet”

Rivelino Amaral, advogado

leis específicas sejam criadas para punir quem comete crimes pela internet.

“Acredito que, diante da evolução da sociedade, haverá mudanças no Código Penal para punição desse tipo de crime. Mas destaco que isso não significa que vai diminuir esse tipo de conduta.”

Ele lembrou que as ofensas sofridas pela internet podem ser julgadas como crimes contra honra, que o Código Penal define como calúnia, injúria e difamação. As vítimas também podem entrar na Justiça com uma ação indenizatória na área cível.

“O valor da indenização será definido pelo juiz, de acordo com cada caso. Criminalmente, a punição pode ser pagamento de cestas básicas e prestação de serviços à comunidade”, esclareceu.

O advogado Raphael Boldt lembrou que os avanços sobre as discussões de uma lei específica para crimes na internet já estão acontecendo, e citou como exemplo a lei Carolina Dieckmann, de 2012, que julga crime ato de invadir ou publicar conteúdo de celular ou computador alheio.



RENAN SALES alertou para punições: “A internet não é um mundo sem lei”

Presença policial que bloqueou viatura

Soldado Suelen Feitosa se apresentou à Corregedoria e está em cela no Quartel, no 2º andar, separada dos outros 4 PMs presos

Eliane Proscholdt
Tais de Holanda

Acusada de tentar impedir a saída de viaturas da sede do 13º Batalhão (São Mateus) da Polícia Militar durante a greve da corporação, a soldado Suelen Feitosa foi presa ontem.

Com a prisão decretada pela Justiça, ela se apresentou pela manhã na Corregedoria da Polícia Militar.

Ela está recolhida no presídio da corporação, no Quartel do Comando Geral da PM, e responde a Inquérito Policial Militar e a Procedimento Administrativo Disciplinar.

A soldado é acusada de, na noite de 21 de fevereiro, período que aconteciam as manifestações de

parentes dos militares, ter impedido o comandante do 13º Batalhão, tenente-coronel Paulo César Garcia Duarte, de sair com as viaturas da unidade.

Na ocasião, segundo a Polícia Militar, o comandante deu voz de prisão e determinou que ela saísse da frente da unidade.

A soldado saiu, mas, o comandante representou contra ela na Corregedoria da Polícia Militar.

Ela é acusada dos crimes de desobediência ao comandante e aliciamento ao aquartelamento.

Seu advogado, Maurício Finamore Simoni, informou ontem que está analisando a documentação para responder nos autos.

“Ela (Suelen) foi pega de surpresa e se apresentou espontanea-

“Ela (Suelen) não participava de nenhum movimento e trabalhou durante todos os dias da paralisação”

Maurício Finamore, advogado de defesa

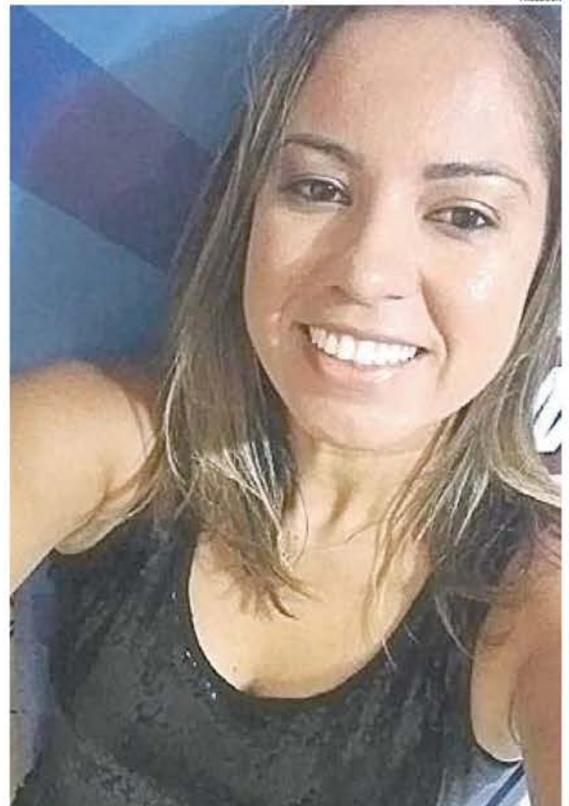
mente hoje (ontem). Ela não participava de nenhum movimento e trabalhou durante todos os dias da paralisação.”

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, informou que a soldado está em uma cela para abrigar mulheres que fica no segundo andar. Ela é a única policial feminina presa no momento.

Outros quatro policiais estão presos no QCG. São eles o soldado Maxson Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral de Militares (Agem); o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, vice-presidente da Agem; o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti e o ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assunção, o capitão Assunção.

Eles estão em celas separadas (com outros policiais) e só ficam juntos durante o banho de sol.

A reportagem obteve informações de que nos próximos dias há a possibilidade de novas prisões. Entretanto, o comandante-geral disse que não tinha informações, uma vez que os pedidos de prisões são feitos pela Corregedoria da PM.



SOLDADO Suelen Feitosa teria impedido comandante de sair de batalhão



12ª CIA Independente, em Jardim Camburi: mais policiamento das 22h às 8h

Moradores fazem apelo

No primeiro dia do reforço dos policiais militares em 76 bairros de Vitória, Vila Velha e na Serra, moradores perceberam um aumento do efetivo nas ruas, mas aproveitaram para fazer pedidos.

Em Jardim Camburi, onde está sediada a 12ª Companhia Independente da PM, que atende a 15 bairros, o pedido é por reforço no policiamento nos horários de saída dos estudantes e também das 22h às 8h, nos pontos de ônibus.

“Já percebemos uma melhora no efetivo. Nós ganhamos um reforço de 102 militares na região que abrange a 12ª Cia Independente. A nossa maior preocupação é no horário entre 22h e 8h”, disse Evandro Figueiredo, do Movimento Jardim Camburi Merece Mais.

Moradora de Jabaeté, em Vila Velha, uma secretária de 53 anos disse que a avenida Marrocos é muito perigosa à noite. Já a avenida França, segundo ela, tem incidên-

cia de tráfico de drogas e, por isso, deve ser tratada como prioridade pela 13ª Cia Independente.

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, garantiu que o trabalho dos policiais fará a diferença. “Após as apresentações nessas companhias, que está ocorrendo hoje (ontem), os policiais serão distribuídos para o policiamento ostensivo em radiopatrulhas, motocicletas, e a pé. Então, cria-se ali naquela Companhia Independente uma rotina operacional.”

Policiais de antigas tropas de elite da PM também irão atuar nessas companhias. O comandante disse que isso não foi uma retaliação por causa da greve. “Na polícia existe o princípio da universalidade. O policial pode estar hoje no BME, amanhã na Ambiental e depois de amanhã ele pode estar na Companhia Independente de Jardim Camburi. O policial não é treinado para fazer uma coisa só.”

Mulheres de PMs fazem assembleia geral hoje

As mulheres e familiares dos policiais militares fazem hoje uma assembleia geral em Vitória. Na pauta, estão: defesa das representantes diante do Ministério Público do Estado (MP-ES), criação das comissões de Mobilização e de Comunicação de todos os Batalhões e Companhias Independentes.

A assembleia acontece às 15 horas, na avenida Beira-Mar, ao lado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

E ontem, algumas pessoas que irão participar das negociações na próxima quinta-feira começaram a ser intimadas. Uma delas foi o presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), major Rogério Fernandes Lima.

“Aguardamos que as negociações feitas com a comissão de negociação do governo continuem e seja retomados os pontos já acertados com as associações”, destacou.

A designação de uma audiência de conciliação com todos os envolvidos no movimento partidista da PM foi determinada pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Vitória. O ato judicial está marcado para quinta-feira, às 14 horas.

Durante os próximos dias também deverá ser analisado o pedido de revogação da prisão do tenente-coronel Carlos Alberto Foresti.

Sua defesa entrou com pedido de habeas corpus e agora há várias fases: o desembargador relator pediu informações ao juiz da Auditoria Militar sobre a prisão do acusado. O processo vai para um procurador de Justiça, que opina se é caso de atender ou não o que o advogado pediu. Posteriormente, o habeas corpus vai a julgamento pela Câmara Criminal, em que três desembargadores votam. O resultado é por maioria de votos.



FAMILIARES DE MILITARES com faixas em protesto na Assembleia Legislativa. Hoje, elas se reúnem para debater os pontos que devem ser tratados em audiência na 5ª

Governador sanciona lei que altera promoção de militares

Dois dias após ser aprovada na Assembleia Legislativa, o governador Paulo Hartung sancionou ontem a lei com as mudanças nas normas de promoção dos oficiais da PM e Corpo de Bombeiros.

A mudança está valendo a partir do posto de 2º tenente até coronel. Com a nova lei, os oficiais passam a ser promovidos por merecimento e antiguidade, obedecendo a avaliações técnicas e profissionais.

Antes, o critério para promoção era somente tempo de serviço.

Será criada uma comissão, formada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, comandante-geral da PM, subcomandante da PM, chefe do Estado Maior Geral e corregedor da PM, que ficará responsável por avaliar as promoções. A avaliação conceituando o oficial será preenchida de 6 em 6 meses.

As promoções, com exceção do posto de coronel – cuja escolha será do governador –, serão efetuadas anualmente nas datas: 6 de abril (aniversário da PM), 25 de agosto (Dia do Soldado), 28 de outubro (Dia do Servidor Público) e 25 de dezembro (Natal).

Para o comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, a sanção da lei é muito importante, pois estimula e premia o bom desempenho do policial e, consequentemente, reflete na melhoria do serviço prestado à sociedade.

Servidor do Ministério Público tem maior tíquete do Estado

O auxílio-alimentação para os servidores do Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) será reajustado, a partir de abril, em 1,15%. O valor de R\$ 1.057,98 sobe



FACHADA DO MP-ES: acréscimo

para R\$ 1.070,08 ao mês, o que significa R\$ 48,64 por dia. Entre os órgãos estaduais, é o maior valor.

O valor pago aos servidores do MP-ES é seis vezes maior do que o recebido por servidores do governo do Estado, que recebem R\$ 176, o que representa um valor diário de R\$ 8.

“A maioria dos servidores do Estado não recebe auxílio-alimentação, apesar de já termos decisão favorável na Justiça. Porque tanto no Judiciário quanto no Legislativo, servidores recebem por subsídio e têm o benefício”, afirmou o diretor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado (Sindipú-

blicos), Amarildo Santos.

Segundo o sindicato, o valor do auxílio pago pelo Estado é o mesmo desde 1997. A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos foi procurada pela reportagem, mas não houve retorno.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

ÓRGÃO	VALOR
Ministério Público	R\$ 1.070,08
Tribunal de Justiça	R\$ 1.057,00
Assembleia Legislativa	R\$ 1.036
Tribunal de Contas	R\$ 897,10
Governo do Estado	R\$ 176

FONTE: PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DE CADA ÓRGÃO.

Loja de departamento é condenada a pagar R\$ 31,5 mil a cliente no ES

Cliente foi conduzida de volta ao caixa, após alarme ser acionado. O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

Uma loja de departamento foi condenada a indenizar uma cliente, moradora de Linhares, Norte do Espírito Santo, em R\$ 31.520,00 pelo constrangimento de ser conduzida de volta ao caixa pelo segurança, após o alarme ser acionado.

O incidente ocorreu porque, mesmo após o pagamento, um dos produtos comprados ainda estava com o botão de segurança, esquecido pelo caixa do estabelecimento.

O G1 entrou em contato com a Riachuelo, mas ainda não teve retorno.

A empresa, apesar de devidamente citada e intimada não compareceu à audiência designada, não se apresentando em juízo para contestar os fatos.

Para o juiz do 2º Juizado Especial Cível de Linhares, o erro só teria acontecido por conta da falha do sistema de segurança escolhido pelo estabelecimento comercial, seja por conta da falha pessoal do servidor atuando no caixa, ou por falha do alarme da porta.

Segundo o magistrado, o barulho sonoro das portas demonstra ao público que a pessoa que por ali passou está com produto ainda não quitado.

Assim, o juiz afirma, na decisão, que “só o fato do sistema sonoro disparar causa vergonha em qualquer cidadão que recebe os olhares dos que ali estão com desconfiança. A abordagem, por si só, já caracteriza um constrangimento capaz de gerar dano moral.”